

Anarquia anti-civilização

Ações contra o Estado, o Capital e a Civilização
no atual contexto político



Contraciv

Anarquia anti-civilização

Baseado na leitura de três obras anarquistas recentes, **Violência, Democracia e blackblocs** (Nildo Avelino, 2013), **Balaklava: Um Chamado à Guerra Nômade** (Facção Fictícia, 2014) e **Lutando no Brasil - Sobre grandes mobilizações e o que fazer quando a fumaça se dissipa** (Facção Fictícia, 2015), esta publicação é uma tentativa de analisar as possíveis contribuições da crítica anarquista à civilização no atual contexto político.

Este livreto contém trechos e ideias tiradas das obras acima, reproduzidas convenientemente para agregar conteúdo ao texto.

Índice:

1. Anarquia e crítica à civilização
2. Anarquia e radicalização
3. Anarquia e as redes sociais
4. Anarquia e legalidade
5. Anarquia e democracia
6. Anarquia e cotidiano
7. Anarquia e cidadania

CONTRACIV, 2017

CONTRACIV@RISEUP.NET

CONTRACIV.NOBLOGS.ORG

1. Anarquia e crítica à civilização

A anarquia foi muitas vezes definida como a luta autônoma do povo contra o Estado, o Capital e toda forma de autoridade. A luta de povos nativos contra a opressão civilizadora pode ser considerada como uma luta anarquista. Criticar a civilização, porém, é mais do que criticar o colonialismo e seus efeitos. Enquanto anarquistas e comunistas do século XIX defendiam que “anarquismo é progresso”, a crítica à civilização é também uma crítica ao conceito de progresso. Os efeitos prejudiciais da civilização não atingem apenas os povos nativos, os próprios agentes do processo reduzem sua existência a condições precárias, embora chamem isso de progresso e sejam ensinados a amar sua própria escravidão. A civilização é um processo de domesticação humana e alienação da natureza. A luta contra a civilização vai além de uma luta por igualdade de acesso aos recursos ou aos meios de produção atuais. Ela questiona se os recursos e meios que se tornaram indispensáveis na civilização podem sequer existir sem alguma uma perda insubstituível para a humanidade, independente do modo como são produzidos e distribuídos.

A energia elétrica que alimenta nossos computadores e aparelhos celulares, por exemplo, pode ser produzida sem confinar e controlar as forças da natureza? Temos o direito de obter este poder? A resposta em todos os pontos espectro político tradicional é um sim omissivo, pois nem sequer se fazem essa pergunta seriamente. Quando criticam o avanço tecnológico, é somente por alguns efeitos que atingem nossa própria capacidade de viver. Quando pensamos no impacto sobre outras formas de vida, é somente para nosso próprio interesse, e em geral acreditamos que o próprio avanço tecnológico pode solucionar todos os problemas criados pela civilização.

Os teóricos até hoje acreditam que a inovação tecnológica ou o desenvolvimento das forças produtivas, se aplicada sem interferência do Estado ou numa economia que não seja capitalista, poderia redimir a civilização. A ideologia que nega que a civilização em si possa ser um problema afirma que o processo civilizador pode corrigir a si mesmo e se tornar sustentável, desde que façamos do jeito certo. Em grande parte, a crítica à civilização se sustenta na denúncia de todos os equívocos por trás da ideologia do progresso e da redenção humana por meio das máquinas, demonstrando que a cultura civilizada tentou naturalizar uma dependência tecnológica extremamente nociva, tornando algo monstruoso em algo aceitável, desejável e até indispensável para a evolução humana.

No século XIX, contexto dos “primeiros” teóricos do anarquismo, não havia condições para uma crítica à civilização propriamente dita. Todas as análises pressupõem a sociedade civilizada como um padrão para a sociedade humana. Por causa disso também temos até hoje nas ciências humanas em geral uma grande dificuldade de definir o conceito de “civilização”. A maior parte dos teóricos está confortável com uma definição relativamente neutra ou positiva desse termo. O processo civilizador é tido como um amadurecimento natural do ser humano e não como um problema em si. Essa naturalização faz com que qualquer crítica a este processo pareça inviável. “Deveríamos nos focar em mudanças mais palpáveis”, é o argumento mais comum para dispensar *a priori* qualquer tipo de crítica fundamental à civilização.

Mas isso está mudando. O século XX trouxe à tona análises cada vez mais difíceis de ignorar, que demonstram o caráter irremediável da civilização ou colocam em xeque crenças de que este modo de vida pode ser corrigido ou reformado, o que para alguns é assustador, mas para outros é justamente o que dá força e sentido para a luta. Os mais entusiasmados com as teorias tradicionais temem que a força revolucionária seja desviada para questões inócuas, enfraquecendo a luta, e por isso tendem a tratar qualquer crítica desse tipo como sendo no mínimo ingênua.

Mas a mobilização política à moda antiga está em processo extinção. Os ortodoxos tentam esconder sua própria ortodoxia para poder continuar parecendo sensatos. Tentam parecer mais abertos à crítica, mas se entregam quando falam o que realmente pensam, por isso precisam permanecer calados na maior parte do tempo. Os que ainda insistem em falar abertamente sobre o que pensam geralmente acabam sendo motivo de chacota. A maioria das pessoas não está interessada nos conceitos fundamentais das teorias tradicionais. Elas são atraídas por novas demandas, que tendem a ser deslegitimadas pelo discurso da “única alternativa ao capitalismo”. Os mobilizadores da velha política preferem catequizar os mais novos a ter repensar seus velhos programas de mobilização e seu “trabalho de base”.

2. Anarquia e radicalização

Talvez tudo tenha começado com a luta racial e o feminismo no século XX. Esses movimentos abriram a possibilidade de abordar questões que até então não estavam sendo devidamente abordadas, como o modo como os brancos tratam os negros ou os homens tratam as mulheres,

independente de uma questão de classe ou da exploração do trabalho. O caráter político dessas questões se tornou inegável, mas ainda não há consenso sobre o lugar delas nas lutas sociais. Seriam elas questões primárias ou secundárias? Quanto tempo e esforço deveriam ser dedicados a essas questões?

O principal papel dos anarquistas que participam de movimentos sociais tem sido estimular a radicalização das pautas. Radicalizar significa dar um passo em direção à raiz, à fonte do problema. Essa fonte, tal como uma utopia, permanece sempre no horizonte, ela serve somente como referência. O próximo passo sempre depende do modo como compreendemos a sociedade. Se nós acreditamos que o modo de vida urbano é inerentemente saudável e que pode funcionar contanto que façamos alguns ajustes, nós naturalmente estabeleceremos alguns limites e olharemos com desconfiança para aqueles que desejam criticar os fundamentos da urbanização, por exemplo. Talvez essas pessoas sejam vistas até como uma ameaça ao movimento.

Os velhos anarquistas radicalizaram quando criticaram, por exemplo, o sufrágio universal (direito igual ao voto), um dos fundamentos da democracia. Também abriram portas para a crítica às estruturas informais de poder inerentes a organizações como sindicatos e partidos. Os anarquistas de hoje radicalizam ao incentivar a combatividade, o confronto direto, o enfrentamento, a resistência à lei, etc... Eles sabem que a luta pelo transporte público, por exemplo, não pode se limitar a uma questão de mobilidade urbana. Como evitar que uma luta por condições básicas de sobrevivência caia na armadilha do reformismo e acabe por fazer um movimento recuar para uma posição menos combativa no momento em que é preciso aumentar a combatividade?

As condições para a radicalização precisam ser construídas no processo da mobilização. Seria contraditório um movimento anarquista que impõe pautas sem que as pessoas, por conta própria, as tenham como importantes. Embora seja comum acusar a anarquia de ser “bonita na teoria, porém inviável na prática”, a viabilidade de qualquer proposta política é sempre relativa ao modo como atribuímos os papéis no jogo do poder.

A anarquia sugere que precisamos antes de tudo criar espaços onde possamos nos encontrar e considerar, juntos, o que realmente queremos; independente do que qualquer teoria diz. Devemos lutar por melhores salários ou pelo fim do trabalho assalariado? Queremos cidadania universal

ou a abolição do Estado? Queremos melhores condições de vida ou o fim das classes? A raiz do problema é a falta de caráter de nossos governantes ou a estrutura social em que vivemos?

Você talvez responda: “As duas coisas! Essas lutas são complementares e não excluem uma à outra”. Esta é a resposta fácil, mas ela não resolve a verdadeira questão: Qual a relação entre as ações paliativas e ações radicais? Como ambas podem ser realizadas num mesmo movimento? Como isso funciona na prática?

A civilização está sempre mudando. Hoje temos mais pessoas fora do padrão nos representando no governo, nas salas de aula e na mídia. Mais mulheres, homossexuais e negros em posições de poder. Isso é uma boa notícia, mas o que isso significa exatamente para a luta contra o Leviatã? O quanto avançamos na tarefa de criar espaços onde ninguém exerça autoridade sobre outras pessoas? Ou talvez a pergunta seja: o quanto retrocedemos?

As instituições construídas para nos controlar não irão servir para nos libertar. O erro das revoluções anteriores foi acreditar que as estruturas construídas com o sangue de escravos e povos nativos podem ser exorcizadas e colocadas a serviço do bem comum. Comunidades quilombolas, camponesas e indígenas estão na linha de frente da luta contra o Estado e o Capital. Milícias armadas matam índios e negros a mando de pessoas que dizem defender a família, a democracia e a economia brasileira.

O que faz com que um grupo de pessoas possa sair tranquilamente nas ruas para denunciar a corrupção sem sofrer repressão policial, enquanto outros grupos mal podem se organizar sem serem considerados terroristas? Talvez a opinião pública tenda a defender alguns grupos e outros não, ou talvez os poderosos não se sintam igualmente ameaçados por todos os tipos de demandas.

Enquanto a situação piora, vemos cada vez mais militantes universitários planejando “fazer sua parte” sem colocar em risco sua capacidade de viver relativamente bem nessa sociedade. Ouvimos pessoas assustadas com a repressão policial falando sobre trabalhar com o que amam ou ser a mudança que se quer ver no mundo. A rebeldia contra o sistema é facilmente transformada no próximo item na prateleira de um mercado ávido em consumir alguma forma de revolta enlatada.

O sistema absorve ideias radicais e se atualiza de forma a absorver

tensões e remanejar o rebanho. Ganhar a vida com produtos ecológicos ou veganos; fazer arte “crítica” ou “radical”; usar bicicleta como meio de locomoção e de trabalho; entrar em projetos sociais e ONGs; pesquisar ou usar a academia para estudar assuntos que nos interessam politicamente; tentar montar uma distribuidora de material independente, tudo isso pode servir para nos ajustar à estrutura ao invés de destruí-la.

Estilos de vida alternativos são novas terras para colonizar, são novos nichos de mercado em potencial. Nesse exato momento, empresas estão estudando qual é o perfil de consumo de pessoas cujo maior sonho é morar numa casinha no meio do mato. Elas não serão excluídas do mercado e não poderão se excluir. Morar mais próximo da “natureza” não é uma opção viável para a maioria das pessoas. Mesmo que isso se torne uma nova tendência, não será o fim da civilização e nem necessariamente do capitalismo. Uma onda de anticonsumismo não representa uma ameaça séria ao Capital e o Estado. Talvez um dia nós possamos estar empregados em lojas de produtos orgânicos que são entregues de bicicleta, para no fim de semana irmos assistir grupos independentes de hip hop tocando em festivais patrocinados por grandes marcas.

Ao invés de reagir com raiva ao que acabou de ler, como isso fosse o mesmo que ser contra qualquer tentativa de “fazer alguma coisa”, procure pensar sobre quanto esforço tem sido feito para evitar que nossa rebeldia se transforme em mercadoria. Ao invés de simplesmente confiar que as pessoas, incluindo você mesmo, não irão se corromper, pergunte-se: como temos nos preparados para essa possibilidade?

Quando se diz que “isso é o máximo que podemos fazer agora, não há outra proposta viável”, é necessário lembrar que nem sempre temos todas as opções à vista, nem sempre às opções à vista são suficientes. Às vezes as opções viáveis podem ser até prejudiciais, e nem sempre estamos tão abertos a novas opções quanto declaramos. Às vezes é muito mais confortável continuar com o que já conhecemos do que fazer uma reavaliação completa do movimento. Pode ser que hoje você pense que abrir um negócio “menos capitalista” seja o melhor que você possa fazer, mas mude de ideia ao perceber que há formas de sobreviver sem abrir um negócio. O mesmo pode ser dito sobre as formas de manifestação política. Ações políticas até então inviáveis podem se tornar viáveis quando se percebe que é possível se desfazer de estruturas sociais que consideramos totalmente necessárias à vida humana, mas que na verdade nunca foram.

3. Anarquia e as redes sociais

Com a “popularização” dos protestos, essa forma de manifestação política também está se tornando uma oportunidade para movimentação de capital. Redes de apoio mútuo são exploradas por grupos com interesses diversos. O voluntariado se torna uma espécie de escravidão voluntária. Colocações e doações se tornam financiamento e captação de recursos. Bandeiras libertárias estão sendo erguidas somente para aparecer num documentário. Artistas estão tendo seu trabalho roubado em nome da “causa”. Uma nova forma de capitalismo está nascendo no interior de grupos que se dizem anticapitalistas.

Militantes com muitos amigos nas redes sociais têm usado sua rede para coordenar mobilizações, chamar atos e pautar demandas como se reproduzissem a voz de uma base social. Quem tem mais acesso às redes acaba determinando o resultado das votações em assembleias, porque a Internet se tornou a nova ágora. Algumas pessoas estão tão imersas nisso que não percebem o problema, e não aceitarão ser contrariadas. Trata-se de uma forma sutil de autoridade. Ações que nascem na Internet dificilmente se comunicam com os setores populares que já estão na luta há muito mais tempo. E cada vez mais temos nos tornado dependentes da Internet para organizar nossas ações, sem perceber o impacto disso.

A Internet só facilitou a organização de atos na medida em que também os banalizou. Atos são agora vistos como uma espécie de evento social, o que facilitou também que pessoas deixem de ir, pois faltar num evento que você confirma pela Internet é muito mais fácil que faltar num evento que você se comprometeu a ir durante uma assembleia. O trabalho da polícia de monitorar militantes e se infiltrar em movimentos, por outro lado, ficou muito mais fácil. Nossos inimigos tem acesso a dados sobre todas as nossas atividades, porque nós mesmos fornecemos isso a eles. As investigações agora contam com agentes treinados para perseguição virtual. Não é difícil imaginar mandados de prisões preventivas com base em conversas particulares em redes sociais.

A Internet também mudou as estratégias políticas. Políticos profissionais aprenderam que ser odiado nas redes sociais pode ser a oportunidade perfeita para um demagogo exercer sua retórica. Coisas previstas na ficção estão se tornando realidade. Isso se deu porque a própria natureza da Internet produz uma imersão capaz de apagar distinções entre realidade e ficção. Isto tem sido de grande valia para figuras públicas que

planejam se projetar na política. O atual fortalecimento ideológico da direita se deve em grande parte ao sucesso de ideólogos nas redes sociais. A Internet parece ser bem mais útil para fascistas do que para anarquistas.

As redes sociais se tornaram uma arena de gladiadores muito pior do que a velha e passiva televisão, e muito mais viciante. Mesmo os analistas mais otimistas em relação às potencialidades libertárias da Internet estão tendo que reavaliar seus argumentos diante do que está acontecendo agora. Previsões assustadoras que antes poderiam ser facilmente descartadas como sendo tecnofóbicas estão agora sendo seriamente consideradas. Mas a maioria das pessoas ainda está relativamente tranquila, quem leva a sério as críticas às novas tecnologias da informação é considerado meio paranoico. Mas poderemos reagir a tempo caso estejam certos?

4. Anarquia e legalidade

Que direitos foram realmente conquistados por meio de mudanças nas leis? As conquistas sociais pelas vias legais apenas amortecem os mecanismos que nos mantém presos e reduzem a brutalidade dos carcereiros, mas não podem nos libertar de fato. Ninguém no poder precisa obedecer a essas leis, a não ser que haja um poder superior impondo obediência. E quem ainda é capaz de acreditar que tal poder superior pode trabalhar a nosso favor? Se estivéssemos lutando apenas contra pequenos contraventores infiltrados no Estado, que pervertem e usam as leis para seus próprios interesses, talvez fizesse algum sentido exigir algo do Estado. Mas esse não é o caso. Apesar do discurso jurídico, não há reforma possível para esse sistema. Não temos poder nem sequer para exigir que governantes e empresas sigam as leis. Não podemos mais esperar o mínimo de ética de nossos inimigos, assim como não podemos mais nos dobrar ao que eles chamam de “justiça”.

Há advogados e apoiadores que dizem defender os interesses do movimento, mas estão lá apenas para criticar o uso da violência e tentar manter a legalidade das lutas, como se isso fosse possível. E não poderíamos esperar nada muito diferente disso, afinal eles precisam se manter na legalidade para continuar exercendo seu serviço para os movimentos. Lutar dentro das regras contra um inimigo que pode trapacear sempre que quiser é injusto e ineficaz.

Quais foram os resultados concretos da onda de protestos de 2013? O aumento da tarifa de ônibus foi barrado em várias cidades. Animados,

acreditamos que poderíamos impedir a realização da Copa, mas em 2015 tivemos aumentos na tarifa maiores que em 2013, e nenhum protesto conseguiu barrar. Hoje repetimos “Fora Temer” mais de um milhão de vezes, mas qual a probabilidade de realizar isso de fato? E do que adiantaria?



O que mudou de 2013 para cá? A polícia se preparou especificamente para conter as técnicas mais combativas de luta, especialmente as táticas dos black blocs. Sem os black blocs atuando, os protestos rapidamente perderam a efetividade, tornando-se paradas democráticas pontuadas por performances artísticas. Em 2016 diversas escolas foram ocupadas em Goiás, indicando o amadurecimento de táticas de enfrentamento, mas as ocupações foram reprimidas com estratégias políticas. Diretores cooptados pelo governador conseguiram apoio de pais e funcionários que usaram condenações morais para pressionar e desmobilizar as ocupações de dentro para fora. Era uma luta de pais contra os filhos e alunos contra alunos. Mesmo quando a lei estava a favor dos ocupantes, esta não podia competir com o poder da mídia e da manipulação da opinião pública. Pequenos grupos de “manifestantes” contrários às ocupações invadiram as escolas ocupadas sem mandado, protegidas pela polícia, apenas para expulsar os ocupantes com acusações de depredação e de ações ilícitas ou imorais dentro da ocupação. Os ocupantes não estavam preparados para discutir com senhoras evangélicas, professores conservadores e jovens de direita argumentando que as ocupações não passavam de invasões realizadas por criminosos e pessoas sem nenhuma fundamentação política.

O corte de benefícios sociais não é mérito do governo “golpista”. Tudo que se colocou em prática no governo Temer estava sendo ensaiado nos governos anteriores. O governo atual é composto por pessoas que ainda

trocarão muitos apertos de mão com as lideranças do PT. O clima de instabilidade gerado pela crise política em conjunção com a crise econômica e social é o ambiente perfeito para cultivar paranoia e ódio. As pessoas são facilmente levadas a culpar apenas a “impunidade”, e exigir nada mais que austeridade. Apenas um sinal de como já passamos do limite da normalidade, em que ações moderadas são suficientes. Já não há mais alternativa que não seja extrema, pois a situação é extrema em si mesma. Barricadas não serão suficientes para resistir ao avanço do capitalismo em sua nova fase de acumulação, em que conta com o apoio irrestrito de uma força policial e militar cada vez mais ostensiva e pesadamente armada.

Os protestos de 2013 abriram precedentes para pautas sem nenhuma fundamentação política real. Grupos conservadores e setores da classe média transformaram facilmente as pautas genéricas e reflexões rasas em demonstrações estéreis que servem apenas para render boas fotos para serem compartilhadas nas redes sociais. Positivamente, em 2013 vimos mais e melhores ações diretas sendo realizadas. Aprendemos a usar armamentos caseiros e técnicas de defesa, forçando a polícia a responder com operações feitas em cima da hora, incriminações e vigilância eletrônica...

O experimento brasileiro de estado de exceção foi financiado por empresas com o interesse de lucrar durante a realização da Copa e das Olimpíadas. Isto serviria para atrair mais investidores para o Brasil. Podemos esperar um grande crescimento econômico para essas empresas. Estamos importando modelos de urbanização e de organização do trabalho que tendem somente a precarizar os benefícios públicos e beneficiar empresas. Isso demanda um aparato policial e legal para conter a resistência vinda das camadas sociais mais afetadas.

Temos crédito para comprar carros e políticas de moradia que nos farão afundar em dívidas, mas elevarão os lucros do mercado imobiliário especulativo. Novos shoppings, viadutos e praças serão construídos em áreas de preservação, matando nossos rios e piorando as inundações. Esse desastre que atingirá pessoas de baixa renda será financiado com dinheiro público, e representa oportunidade de lucro para empreiteiras, imobiliárias e outros cartéis. Pessoas sem valor para o mercado serão expulsas dos bairros mais acessíveis, mais próximas do seu local de trabalho, e forçadas a morar em bairros sem estrutura, com alto índice de criminalidade. Enquanto isso, urbanistas e prefeitos descolados estão, no máximo, preocupados em construir ciclovias e melhorar minimamente o transporte público.

Era previsível a suspensão do direito de greve e enquadramento de ações diretas, como o bloqueio de vias, em leis antiterrorismo. O Estado investiu nisso. Aumentou o contingente policial, comprou viaturas e equipamentos de contenção de multidões, com a desculpa de que assim diminuiria a criminalidade. Era apenas uma preparação para a reação dos trabalhadores prejudicados por essas mudanças. Os próprios trabalhadores, enganados por programas de televisão sensacionalistas, apoiaram a compra das armas e equipamentos de vigilância que irão, eventualmente, ser usadas contra eles. Os telejornais se tornaram pouco mais que um culto secular à polícia e aos grandes empresários, onde se assiste o apedrejamento de pretos pobres e vagabundos. As tropas brasileiras que ocuparam o Haiti usando equipamentos israelenses estão prontas para a repressão globalizada de descontentes em operações de “pacificação”.

Mesmo quando a polícia age dentro da lei, não age em nome da justiça se defende um Estado injusto e leis injustas. Um poder que age abertamente contra os interesses da população não tem nenhum motivo para existir.

5. Anarquia e democracia

As instituições democráticas se esgotam e ao mesmo tempo se reinventam. A Internet é o grande veículo delas agora. A urgência de impedir que algum representante da direita tome o poder serviu como desculpa para um renovado e desesperado governismo. A falida democracia representativa se mantém em pé como um zumbi por meio dessa briga de torcidas. De repente, pessoas que não votavam começaram a evitar críticas aos partidos de esquerda por puro medo de fortalecer a oposição e começaram a apoiar a candidatura de “alternativas viáveis”, mesmo que de modo cômico, como se fosse apenas uma piada, evitando assim a discussão e a reflexão sobre suas posições.

O que temos como esquerda hoje são partidos que não fizeram mais do que se projetar infiltrando-se em lutas populares e movimentos sociais. Partidos que não poderiam cumprir seus programas e promessas mesmo que tivessem maioria no congresso, pois precisam se vender para interesses econômicos para chegar ao poder. O dinheiro influencia o direcionamento político mais do que qualquer partido. É preciso promover a crítica à farsa eleitoral, encorajar a ação direta autônoma e a organização política libertária para intervir de fato na política. Mas antes disso é preciso saber o que queremos e quem quer o mesmo que nós.

É preciso repensar os protestos. Nos últimos anos a polícia tem aprendido a negociar com manifestantes, permitindo o protesto desde que sem vandalismo, o que acaba por transformar os protestos em romarias inócuas escoltadas pela polícia. Quando não há negociação, protestos se tornam uma oportunidade de repressão violenta, uma chance para fichar e desgastar psicologicamente os manifestantes mais ativos. É preciso aprender com erros e não se apegar aos métodos que permitiram vitórias parciais no passado.

Atacar bancos e o patrimônio tanto público quanto privado é coerente com o ideal anarquista de um mundo não controlado pelo dinheiro. Mas as atuais manifestações contam com a presença de pessoas que não apenas são pacifistas, como se identificam com as instituições que queremos atacar, sejam elas os bancos ou a polícia. Nós hoje temos igrejas e empresas chamando a população às ruas. Pessoas que se dizem a favor da democracia e contra a corrupção, a favor da liberdade e contra a violência. O moralismo está se infiltrando nos movimentos mais profundamente do que o contrário. Além dos típicos “coxinhas”, temos também jovens, mulheres, negros, homossexuais e cabeludos cheios de tatuagens falando em defesa da moral burguesa e conservadora. Também temos fascistas, nacionalistas militarizados e liberais de extrema-direita, que possuem um fanatismo cego comparável a de um exército de cruzados da Idade Média, se identificam com algumas das críticas à civilização e ao Estado, e podem até se considerar anarquistas. O Estado contará com o apoio não apenas da polícia, mas de “justiceiros” viciados em filmes de super-heróis que podem fazer o trabalho sujo, além de repressão vinda de familiares, amigos e vizinhos. A repressão está presente em cada casa, em cada bairro e em cada local de trabalho.

6. Anarquia e cotidiano

Nenhuma mobilização dura para sempre. Nossas lutas tem nos fortalecido enquanto pessoas, ou apenas nos desgastado física e psicologicamente? O que é preciso para uma mobilização sequer acontecer? Só conseguimos apoio popular contra as medidas mais absurdas dos governantes mais estúpidos. A população está insensibilizada pelo excesso de abuso de poder. Como reconhecer o momento em que estamos vivendo? Nós agora temos mais discussões sobre anarquia, revolução, gênero e machismo dentro dos movimentos, mas nada impede que essas questões também sejam distorcidas e desviadas.

Não podemos mais esperar que uma classe coletivamente se revolte

do modo correto. As vanguardas de esquerda se tornaram especialistas em traír movimentos. Os teóricos não mais indicarão o caminho para as revoltas. Conceitos como a consciência de classe e autogestão dos meios de produção se tornam insuficientes. Há tanta gente trabalhando em coisas inúteis que esses conceitos parecem uma piada de mau gosto. O protagonismo de “trabalhadores” ou “estudantes” se torna mais complexo na medida em que essas categorias identitárias se tornam cada vez mais inacessíveis.

Não queremos apenas tomar os meios de produção e reproduzir a ideologia do progresso, da ciência e da razão como via para uma sociedade mais igualitária. O que precisa ser tomado é o espaço social sendo ocupado por esses meios de produção, para que possamos construir outras relações humanas e doar o que queremos uns para os outros nos territórios que liberamos. Identificar-se através de palavras e ações como inimigo do Estado ou da ordem vigente não é suficiente. Não somos a única oposição a esse sistema. Tudo que fazemos contra um grupo político pode beneficiar seus rivais. Precisamos perder o medo da autocrítica. Ela precisa estar mais afiada até mesmo que a crítica à oposição, porque enganar a si mesmo é pior que ser enganado por outros.

A falta de debate sobre métodos e objetivos de longo prazo facilita a cooptação do movimento por grupos com interesses diversos. Se não debatemos e não conhecemos as pessoas com quem nos aliamos, corremos o risco de ver as lutas sendo levadas para o reformismo. Quando falhamos em criar formas participativas de se mobilizar, grupos com privilégios tomam a frente. Se frentes de luta forem tomadas somente por pessoas com tempo e dinheiro para o ativismo de tempo integral, é bem possível que a luta seja direcionada para outros fins.

A pauta deve ser concreta, compreensível e possível de ser alcançada, mas também precisa ser relevante. Como fazer com que mudanças pontuais se tornem uma mudança social mais ampla? Como fazer para que nossas conquistas não se tornem apenas mecanismos de equilíbrio que aliviam as tensões e tornam o capitalismo ainda mais flexível? Esse sistema cria empregos para que as pessoas dependam de um trabalho sem sentido. Escolas para que dependam de uma educação sem sentido. Hospitais para que dependam de conhecimentos e tecnologias inacessíveis. Polícia e tribunais para que dependem da força de outros para solucionar seus conflitos. Governos para que não tomem suas próprias decisões. Podemos reivindicar que esse sistema melhore, ou podemos organizar sua queda.

A melhoria do transporte público ou de outros serviços básicos não é menos importante. O problema é que enquanto nos concentramos em conseguir resultados mínimos numa dessas pautas, nossos inimigos avançam em outras áreas. Por mais que essas lutas mobilizem pessoas e consigam pequenas conquistas, elas serão tão eficazes quanto enxugar gelo se a fonte da precarização não for atacada.

Esperar por esse momento em que os movimentos radicalizarão suas críticas e adotarão os conceitos horizontalidade e autonomia não parece realista. Organizar não significa filiar-se a uma organização. Tirar o poder de governantes eleitos não faz muita diferença. A sociedade não é determinada pelos interesses de governantes eleitos. São os líderes não eleitos que decidem como a classe governante irá governar. Não deveríamos estar nos preocupando em conter a crise, deveríamos atacar as condições de existência de quem se beneficia com a crise.

Qualquer tática, por mais radical que pareça agora, pode se tornar espetacular e inofensiva. Será preciso muita criatividade para evitar a previsibilidade em tempos de vigilância total. Muitas formas de entender o mundo e agir ainda irão surgir. Os povos indígenas e quilombolas até hoje travam uma luta que mal somos capazes de compreender.

Após longos momentos de lutas e de criminalização dos movimentos sociais, suspensão dos direitos de greve e de protesto, prisões arbitrárias e perseguições, a reação tem sido reproduzir a ideia de que nenhuma luta social deveria ser considerada ilegal. “Lutar não é crime” é um dos slogans mais presentes nas ruas nos últimos anos. Mas faz mesmo algum sentido querer que as lutas pelo fim das injustiças do capitalismo, do patriarcado, do racismo, do Estado e da hierarquia não sejam criminalizadas? Muitas das justificativas que damos para nossas lutas dependem de uma moral burguesa e estatal, da constituição de uma nova ordem sob a mesma lógica de legitimidade da atual.

Assumir a ruptura com a ordem da legalidade não significa abrir mão das formas de organização e manifestação. Significa mudar de perspectiva quanto à reação que se espera das autoridades. Assumir que o inimigo domina as técnicas de trapaça nesse jogo, e que é impossível vencê-lo seguindo as regras. Não há como enfrentar alguém disposto a mentir e matar para manter o poder preparando-se apenas para defender a “justiça”. Falar de modo coerente e eficiente, esperando que juízes e outras autoridades ouçam e tenham um mínimo de bom senso, já não funcionará mais. Esperar

apoio de uma população refém da mídia é inútil. O que fazemos então, sem aquilo que foi considerado, desde o século XIX, como a base para qualquer movimento social? É preciso reinventar mais do que as bases do movimento, é preciso que nós nos reinventemos enquanto pessoas e repensemos todo processo civilizado que nos tornou “cidadãos”.

7. Anarquia e cidadania

A velha política ainda acredita na democracia e na cidadania universal. Mas o que significa ser um cidadão? Discursos sobre “acesso à cidade” e “cidade sustentável” estão se tornando comuns entre jovens políticos e arquitetos urbanistas. O que eles têm em comum? Pode-se dizer que existe um discurso supostamente libertário conquistando espaço nos cursos de arquitetura e direito. Algo sobre construir cidades mais humanas, uma verdadeira mescla de utopias socialistas e liberais num só caldo.

Mas como a cidadania, mesmo que parcial, foi alcançada? Qual o custo real da cidadania universal? Mudar o plano diretor de uma cidade pode resolver nossos problemas? Urbanistas tratam questões políticas como se o mundo fosse um grande jogo de simulação estilo “Sim City”, onde basta alterar leis e o formato da cidade para resolver todos os problemas. Vemos um novo tipo de tecnocracia ganhando as mentes das pessoas que se preocupam com o futuro do mundo e apresentam certa crítica ao capitalismo. O problema não é exatamente o amor pela cidade, pela vida urbana, pelo centro, pelas novas tecnologias, com todas as suas contradições e complexidades. A questão é como esse sentimento pode ser usado como forma de controle social, exatamente como líderes religiosos se utilizam da crença das pessoas. Novas formas de religião secular apresentam propostas de economia baseada em recursos e outras fantasias racionalistas sobre como poderíamos organizar melhor as pessoas em “paraísos artificiais” chamados de cidades.

Mas o único futuro possível para as cidades é aquele previsto pela ficção ciberpunk: tecnologia e precarização avançando juntos. Os lugares onde se pode viver tranquilamente terão que se isolar cada vez mais do resto do mundo, que está caindo aos pedaços. Condomínios fechados tão grandes que parecem ser abertos, como gaiolas gigantes. Assim como a democracia não pode ser anarquista porque sempre resulta numa forma de hierarquia, a cidadania é incompatível com a anarquia. Não existem metrópoles anarquistas. O modo de vida urbano está condenado. Cidades são máquinas gigantescas que não podem existir sem estruturas hierárquicas e controle da

natureza.

A crítica à cidade resume todas as críticas anteriores. É uma pauta simples e direta, considerando que a civilização começa com a domesticação, o excedente e o sedentarismo. A cidadania universal só é alcançada por meio de um tipo de globalização. Cidades só se tornam possíveis quando há dependência tecnológica, exploração comercial, trabalho escravo e leis positivas, que precisam passar por cima das peculiaridades inconciliáveis de cada cultura. As “cidades sustentáveis” se fundam no conceito de democracia e de legalidade. Este conceito reproduz tudo que há de errado com o atual discurso ecológico, que foi completamente assimilado pelo discurso econômico, mesmo quando não é exatamente o capitalismo à moda antiga que os marxistas dizem combater. Anarco-capitalistas e defensores do livre mercado também querem cidades acessíveis para todos, mas não são aliados nem sequer ocasionais. Eles demonstram apenas como boas intenções não são o bastante.

Teóricos da democracia acreditavam que a emancipação humana tinha alguma relação com uma educação cosmopolita. Quando se vai até o fundo da crença de que o modo de vida urbano pode ser corrigido e transformado em algo libertador e igualitário, percebemos que não se trata de um simples amor à cidade, mas de um fundamentalismo urbanista, que radicaliza o mito do progresso. Defensores do modo de vida urbano tendem a cair em comparações que diminuem o modo de vida de povos nativos para elevar o modo de vida urbano, como se tratasse de uma evolução humana. Eles criam novas versões do mito Hobbesiano que deu origem ao Estado moderno, e logo se percebe por que essa visão é incompatível com a anarquia.

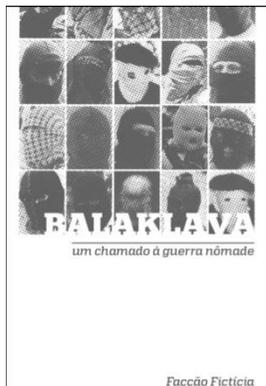
Porém, criticar a cidade não é o mesmo que defender a fuga para pequenas comunidades agrárias, nem uma nova forma de urbanidade supostamente sustentável e mais “próxima da natureza”. Questionar a expansão urbana é complexo, considerando que as populações mais pobres são as que mais sofrem com qualquer ataque à estrutura da cidade. Mas assim como os velhos anarquistas criticaram o sufrágio universal e os fundamentos da democracia, apontamos agora para a crítica à cidadania universal e aos fundamentos do urbanismo. Podemos atacar estruturas urbanas como shoppings e hipermercados. Podemos ocupar lojas que vendem produtos gourmet e utilizá-las para gerar benefícios sociais. Existem muitas outras possibilidades esperando para serem descobertas quando

eliminamos a naturalização da urbanização, quando não aceitamos mais conviver com estruturas urbanísticas supostamente igualitárias ou abertamente elitistas, quando não nos limitamos mais à moralidade civil que vê a destruição de um quiosque de fast-food, por exemplo, como um ato de violência sem sentido. A existência do fast-food, gerando nossa dependência desse tipo de produto, é em si uma violência!

Avançamos para um novo nível de radicalidade quando percebemos que criar hortas urbanas comunitárias, barraquinhas de produtos orgânicos ou aprender agroecologia é inútil se não atacarmos violentamente as grandes e pequenas manifestações do Capital e do Estado, que inevitavelmente assimilam ou eliminam nossas iniciativas. De maneira oportuna, os discursos em que os termos “civilização”, “força civilizadora” e “ação civilizada” mais aparecem são justamente os dos inimigos da anarquia e das ações diretas. A anarquia e os movimentos sociais têm muito a ganhar com a crítica à civilização, ao progresso e à indulgência em relação às metrópoles, ao modo de vida em multidão. A tecnopolítica, a ciberdemocracia e o eco-urbanismo revelam novas formas de cooptação dos movimentos. Estamos nos aproximando do beco sem saída e sem retorno, as coisas vão explodir de um modo ou de outro. Precisamos conversar sobre o fim do mundo.



Balaklava: *Um Chamado à Guerra Nômade*



Disponível em:

https://faccfoficticia.noblogs.org/files/2015/08/zBK_P_editores_2016.cleaned.pdf

Lutando no Brasil - *Sobre grandes mobilizações e o que fazer quando a fumaça se dissipa*



Disponível em:

<https://faccfoficticia.noblogs.org/post/2015/09/06/publicacao-lutando-no-brasil-sobre-grandes-mobilizacoes-e-o-que-fazer-quando-a-fumaca-se-dissipa/>

Violência, Democracia e black blocs

Disponível em:

<https://monstrosdmares.milharal.org/publicacoes/livro-violencia-democracia-e-black-blocs/>



Não Começou
em Junho,
Nem Terminou
na COPA



CONTRACIV, 2017

CONTRACIV@RISEUP.NET

CONTRACIV.NOBLOGS.ORG



Esta obra é livre. Pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição.